

Almada

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

IIª série #20 Jan. 2016

dossiê

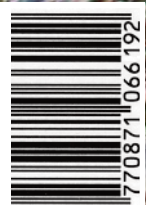
SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS PORTUGUESES REVISITADOS

500 arqueossítios ou conjuntos
em condições de fruição
pública responsável

Sincronismos, Contemporaneidades,
Verosimilhanças... e Paradigmas Dominantes

Arte-Xávega na Costa da Caparica,
Património Cultural Imaterial

Preço: 15 €



CAA

Centro de Arqueologia de Almada

Vantajosas Cautelas (2)

a defesa de elefante recolhida no mar ao largo do Cabo Sardão e a sua cronologia

João Luís Cardoso
[Universidade Aberta;
Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras]

Por opção do autor, o texto não segue
as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

1. Introdução

Em 1992, nas páginas desta revista, foi publicada pequena nota sobre a datação absoluta, pelo radiocarbono, pelo método AMS (*Accelerator Mass Spectrometry*), de um dente jugal superior de cabra ou ovelha, conservado no Museu Geológico

do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEG), ostentando patine e etiqueta idênticas às demais da mesma colecção, indicando que era proveniente do concheiro mesolítico do Cabeço da Arruda (CARDOSO, 1995). Facilmente se compreendia a importância de obter a referida datação absoluta, já que, a confirmar-se a idade mesolítica para o referido achado, seria a primeira e expressiva prova da existência de interacção entre as comunidades do Mesolítico Final acantonadas naquele sector do vale do Tejo, e as comunidades, já neolitizadas, que na mesma época ocupavam o Maciço Calcário estremenho, as quais, por um período de cerca de 500 anos, coexistiram com as primeiras. O resultado obtido veio, contudo, in-

dicar que o exemplar em causa era de época subactual, correspondendo provavelmente a animal cujos restos se espalhavam pela superfície do concheiro poucos anos antes da realização das primeiras escavações, em 1864 (CARDOSO, 2013). Este pequeno estudo, intitulado “Vantajosas Cautelas”, veio demonstrar a vantagem de recorrer a métodos de datação absoluta, sempre que existam dúvidas razoáveis sobre a cronologia de achados importantes, que de outra forma se manteriam de idade indeterminada.

A alusão àquele trabalho explica-se, pois que, vinte anos volvidos, semelhante situação envolvia uma defesa de elefante cuja importância arqueológica exigia, igualmente, que a sua cronologia absoluta fosse devidamente determinada, o que veio a acontecer por iniciativa do signatário, estando os resultados obtidos na origem desta segunda nota subordinada ao mesmo mote: “vantajosas cautelas”.

2. Materiais e métodos

2.1. Materiais

Em 2000, o signatário apresentou ao Encontro “Os Púnicos no Extremo Ocidente”, realizado na Universidade Aberta, cujas actas foram prontamente publicadas, comunicação intitulada: “Achados Subaquáticos de Defesas de Elefante, Prováveis Indicadores do Comércio Púnico no Litoral Português” (CARDOSO, 2001). Com efeito, a defesa de elefante recolhida em arrasto realizado a cerca de 300 m de profundidade, a 6 de Julho de 1978, ao largo do Cabo Sardão, conjuntamente com fragmentos de ânforas do tipo Mañá A4, afigurava-se elemento indicador altamente sugestivo desse comércio, mas o título dado ao próprio artigo mantinha a dúvida, a qual só poderia ser esclarecida pela datação absoluta da peça em causa (Fig. 1). Fosse como fosse, tratava-se de conclusão legitimada pelo célebre achado de dentes de elefante do naufrágio do navio fenício de Bajo de la Campana, Cabo de Palos (Cartagena) (MAS GARCIA, 1986, in CARDOSO, 2001), ostentando alguns deles inscrições, estudadas depois em detalhe, que não deixavam dúvidas quanto à sua cronologia e integração cultural (MEDEROS MARTÍN e RUIZ CABRERO, 2004); tal naufrágio foi datado pelo carbono 14 entre 620 e 600 a.C. (<http://www.laverdad.es/murcial/multimedia/fotos/region-murcial/49478-tesoro-fenicio-manga-0.html>, consultado em 2010-01-15). Deste modo, a defesa de elefante do Cabo Sardão constituía, sem dúvida, no que respeita ao litoral português, a mais sugestiva possibilidade de também ele remontar àquela época, questão que, con-



FIG. 1 – Defesa de elefante recolhida ao largo do Cabo Sardão, a cerca de 300 m de profundidade.

Foto: J.L. Cardoso.

tudo, só poderia ser esclarecida pela datação directa da peça.

2.2. Métodos

Uma pequena amostra da defesa, conservada no depósito de espólios arqueológicos subaquáticos da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), no pavilhão existente no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL), foi enviada para datação ao Laboratório de Radiocarbono da Universidade de Waikato (Nova Zelândia), pelo signatário.

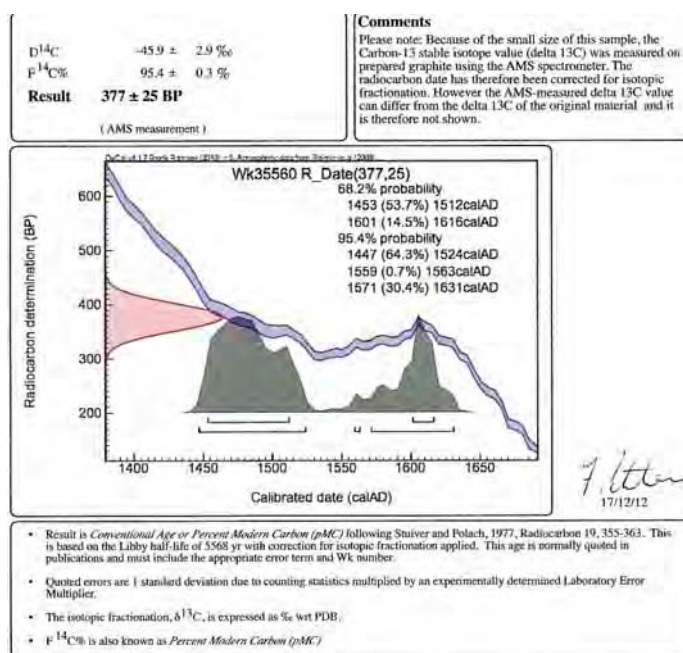
Os resultados obtidos, remetidos ao signatário a 2012-12-17, apresentam-se na Fig. 2. Deste modo, pode concluir-se que, para uma probabilidade de cerca de 95%, a cronologia da peça corresponde aos intervalos entre 1447 e 1524 e entre 1571 e 1631, sendo que a probabilidade da data pertencer ao intervalo mais antigo é mais do dobro superior da correspondente ao intervalo do mais moderno.

3. Discussão

Face aos resultados obtidos, pode concluir-se que a defesa de elefante do Cabo Sardão ascenderá com maior probabilidade à segunda metade do século XV, ou ao primeiro quartel do século XVI. Este resultado é condizente com a importação de peças de marfim africano verificada na referida época a partir de diversos sectores do litoral africano que os Portugueses fre-

FIG. 2 – Certificado da datação de radiocarbono obtida no Laboratório da Universidade de Waikato (Nova Zelândia), por iniciativa do autor.


quentavam, como as regiões do Benim e da Serra Leoa. Tais peças apresentam-se cuidadosamente esculpidas, conhecendo-se colheres, saleiros e trompas de caça, posteriormente comercializadas como produtos sumptuários tanto em Portugal como nos centros económicos mais importantes da Europa. Deste modo, a peça em apreço documenta que, a par da importação de produtos já manufacturados, seriam também trazidos dentes em bruto, os quais se destinavam – exactamente como acontecia nos tempos fenício-púnicos – a transformação ulterior em diversos artefactos, tanto profanos – como os almofarizes de marfim, ainda hoje abundantes no mercado antiquário do nosso país, e embutidos de marfim utilizados no mobiliário – como religiosos, especialmente imagens. É de referir que a ocorrência de defesas de elefante em contextos de naufrágio nas águas portuguesas foi até agora excepcional, pois o exemplar agora reestudado constituía exemplo quase único no seu género, somando-se às duas defesas recolhidas em dragagens no rio Arade, de cronologia ainda mais incerta (CARDOSO, 2001). Tal panorama veio a ser recentemente alterado com a identificação de mais



de cem defesas de elefante associadas ao naufrágio de um navio inglês dos inícios do século XVIII na baía da Horta (Açores), provavelmente relacionadas com o comércio para o continente norte-americano (BETTENCOURT *et al.*, 2013). Deste modo, este achado vem sublinhar a importância económica desta matéria-prima, do século XV em diante, no âmbito das actividades mercantis crescentemente desenvolvidas pelas diversas potências europeias.

4. Conclusão

A datação da defesa de elefante recolhida em 1978 no Cabo Sardão vem ilustrar a existência de importações de marfim africano em bruto para o território português continental a partir da segunda metade do século XV, a par dos bem conhecidos objectos de marfim manufacturados com aquela origem, que na Europa constituíam produtos sumptuários. Tal comércio conheceu significati-

vo acréscimo nos séculos seguintes, generalizando-se geograficamente a outras regiões, no âmbito de processo de globalização económica cada vez mais acentuado, como é exemplarmente ilustrado pelo recente achado de mais de 100 defesas de elefante em naufrágio da baía da Horta (Açores). Deste modo, a hipótese do presente achado poder representar evidência do comércio marítimo de época fenício-púnica ao longo do litoral português, a qual detinha expressivo paralelo peninsular, representado pelo naufrágio de Bajo de la Campana (Cartagena), ficou definitivamente esclarecida, não sendo menos interessante a conclusão a que agora foi possível chegar, em resultado da datação directa pelo radiocarbono obtida. 

Agradecimentos

À Prof.^a Doutora Ana Catarina Sousa que, enquanto Subdirectora-Geral da Direcção Geral do Património Cultural, concedeu autorização para a realização da recolha da amostra datada pelo radiocarbono.

Citações

- BETTENCOURT, J.; BRAZÃO, J.; TEIXEIRA, A. e GARCIA, C. (2013) – *Histórias que Vêm do Mar*. Museu de Angra do Heroísmo.
- CARDOSO, J. L. (1995) – “Vantajosas Cautelas”. *Al-Madan*. Almada. II Série. 4: 166.
- CARDOSO, J. L. (2001) – “Achados Subaquáticos de Defesas de Elefante, Prováveis Indicadores do Comércio Púnico no Litoral Português”. In TAVARES, A. A.; TAVARES, M. J. F. e CARDOSO, J. L. (orgs.). *Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 261-282 (actas de Colóquio Internacional, Lisboa, 2000).
- CARDOSO, J. L. (2013) – “Carlos Ribeiro e o Reconhecimento do Solo Quaternário do Vale do Tejo: enquadramento geológico dos concheiros mesolíticos das ribeiras de Magos e de Muge”. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20: 89-100.
- MEDEROS MARTÍN, A. e RUIZ CABRERO, L. A. (2004) – “El Pecio Fenicio del Bajo de la Campana (Murcia, España) y el Comercio del Marfil Norteafricano”. *Zephyrus*. Salamanca. 57: 263-281.